

Foucault e os dispositivos

Márcio Sales

Iserj

marcio.salles@yahoo.com.br

O conceito de dispositivo ocupa um lugar de destaque no pensamento de Michel Foucault. É possível afirmar que ele constrói uma filosofia dos dispositivos. Mas, afinal, o que é um dispositivo? Em que sentido o dispositivo atua sobre a materialidade dos corpos a fim de torná-los dóceis e uteis e de que maneira ele opera no sentido de uma potencialização para a criação de novos modos de ser e de viver? Responder estas questões é o objetivo principal do presente trabalho. Trata-se, portanto, de uma reflexão teórica em torno do conceito de dispositivo presente no pensamento de Foucault, bem como de seus usos feitos por dois filósofos contemporâneos que se debruçaram sobre este conceito, a saber: Gilles Deleuze e Giorgio Agamben.

Para tanto, é preciso acompanhar os deslocamentos e desdobramentos operados por Foucault. Num sentido geral, o dispositivo é um instrumento de poder através do qual um objetivo é perseguido e alcançado. É assim que, por exemplo, um corpo é domesticado tendo em vista a utilização máxima de sua força produtiva com um mínimo de resistência. Nesse caso, os dispositivos estão a serviço de um poder disciplinar que tem como objetivo o modo de produção capitalista. A vigilância e a punição são dispositivos próprios de uma sociedade disciplinar, que contribuem para a fabricação de um tipo de sujeito considerado normal e ideal. Mas se, por um lado, o dispositivo enquadra a subjetividade num modelo ideal, por outro, ele pode ser visto como um instrumento de libertação desses moldes. Nesse caso, os dispositivos estão a serviço de um uso possível da liberdade. Eles funcionam como um instrumento do cuidado de si tendo em vista a interferência do sujeito na sua própria vida; quer dizer, nos seus modos de subjetivação. Não no sentido de um sujeito centrado, soberano, senhor de si; mas de um sujeito equipado e preparado para enfrentar os mecanismos de controle e dominação presentes na sociedade. Sendo assim, os dispositivos aparecem como técnicas de governo do indivíduo por ele mesmo, tais como os exercícios da ascese greco-romana analisados por Foucault. Eis, pois, o duplo do dispositivo: instrumento de poder que fabrica subjetividades normalizadas e instrumento de uma potência que compõe modos de subjetivação experimentais.

Os dispositivos na sociedade disciplinar

As sociedades ocidentais a partir do final do século XVIII assumem características que definem como sociedades disciplinares. Tais sociedades procuram exercer um trabalho sobre o corpo dos indivíduos a fim de torná-los dóceis e aptos para o trabalho exigido pelo capitalismo industrial emergente. Esta constatação faz parte das análises de Michel Foucault acerca das relações de saber e poder apresentadas, principalmente, em livros como *Vigiar e Punir* e *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Tais sociedades são disciplinares na medida em que reclamam por um estilo de vida considerado correto e, em função disto, constroem um aparato capaz de enquadrar as pessoas neste formato considerado ideal.

A noção de *quadro* em Foucault marca o exercício da disciplina. Ele aparece como sendo o espaço onde os indivíduos são distribuídos tendo em vista a disciplina. Enquadrar é isolar, separar, moldar em espaços quadriculados e fechados com o intuito de formar um tipo de indivíduo que se deseja ter no conjunto da sociedade. Este enquadramento, portanto, vai da formação à correção e é atravessado pela punição. Forma-se um estilo de vida marcado pela disciplina e constrói-se uma máquina de disciplinar capaz de "consertar" os que escapam à formação. O elemento condutor é a permanente vigilância que atua no sentido de garantir a eficiência da máquina. Todo este aparato, conforme as análises de Foucault, se faz presente na família, na escola, no exército, na fábrica, no hospital e, em uma situação extrema, nas prisões. O quadro é a cena inicial que nos permite entrar no universo do poder e do saber, considerando as suas relações, implicações e produções. Ele é, portanto, um panorama que possibilita uma análise microfísica do poder; é um mapa onde estão desenhadas as relações de poder numa determinada sociedade. O espaço quadriculado configura um mecanismo dos aparelhos disciplinares que separa os grupos para melhor localizá-los e vigiá-los. “É preciso anular os efeitos das repartições indecisas, o desaparecimento descontrolado dos indivíduos, sua circulação difusa, sua coagulação inutilizável e perigosa; tática de antideserção, de antivadiagem, de antiaglomeração” (FOUCAULT, 1987b, p. 131). O quadro enquanto moldura representa o limite; o que separa o permitido do proibido, o normal do anormal, estabelecendo assim as fronteiras da experiência no corpo social. Ele sinaliza os espaços ideais numa sociedade que se define como disciplinar: a sala de aula, a cela da prisão, o quarto do hospital e, por extensão, a tela da TV e do computador. A realidade passa por esses limites. Mas temos também no quadro o lugar do saber. O quadro é o painel, a tela, o lugar de onde emana a verdade. De forma simbólica, é no quadro que encontramos a sintonia entre o saber e o poder. O professor – e juntamente com ele o médico, o psiquiatra, o criminalista, o padre ou pastor – constitui a autoridade sempre

pronta para dizer a verdade do que somos e do que devemos ser. Quando pensamos no quadro pensamos na Palavra que nele se inscreve. Considerando as relações de poder em torno da sexualidade, Foucault afirma que a “pastoral cristã inscreveu, como dever fundamental, a tarefa de fazer passar tudo o que se relaciona como sexo pelo crivo interminável da palavra” (FOUCAULT, 1988, p. 24). A partir de então foi preciso fazer o dever de casa, ou seja, colocar o sexo em discurso. Ao se falar com autoridade, como um especialista, exerce-se o poder não somente sobre a fala – poder de persuasão – mas também sobre o que se fala – o assunto – e sobre de quem se fala – as pessoas envolvidas na questão. É nesse ponto de confluência que o saber e o poder se articulam.

As análises de Foucault procuram se afastar de uma imagem negativa do poder, ou seja, da ideia de um poder meramente repressor. Para ele, o poder é principalmente produtivo e se exerce em todas as relações sociais. O poder é definido como relações de força: “Parece-me que se deve compreender o poder, primeiro, como uma multiplicidade de relações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais relações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais” (FOUCAULT, 1988, p. 89). Se, por um lado, há relações organizadas como um sistema hegemônico, por outro, existem pontos de fissura que tornam frágeis e dispersam as unidades constituídas. Conforme a explicação de Sílvio Gallo, há uma arquitetura particular das relações de força que determinam uma sociedade, mas também uma instabilidade dessas relações de força que possibilitam novos equilíbrios e novos estados de poder (GALLO, 2000, p. 87). Nesta perspectiva as relações de poder são analisadas como relações estratégicas: “o poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada” (FOUCAULT, 1988, p. 89).

Tais relações de poder e de saber funcionam através de dispositivos. Primeiramente, o dispositivo da vigilância. A sociedade disciplinar é uma sociedade marcada pela vigilância. No tocante, por exemplo, ao que Foucault denomina “sexualidades periféricas”, ele afirma que se, por um lado, houve uma indulgência a partir da atenuação da severidade dos códigos penais em relação aos delitos sexuais, por outro lado, “teremos um ardil suplementar da severidade, se pensarmos em todas as instâncias de controle e em todos os mecanismos de vigilância

instalados pela pedagogia e pela terapêutica” (FOUCAULT, 1988, p. 41). Em seguida, o dispositivo da individualização. A sociedade disciplinar produz individualidades. “À medida que o poder se torna mais anônimo e mais funcional, aqueles sobre os quais se exerce tendem a ser mais fortemente individualizados... por desvios mais que por proezas. (...) Num sistema de disciplina, a criança é mais individualizada que o adulto, o doente o é antes do homem sã, o louco e delinquente mais que o normal e o não-delinquente.” (FOUCAULT, 1987b, p. 171). A individualização diz respeito ao indivíduo e ao grupo do qual deve fazer parte; é o processo de desclassificação e separação do indivíduo em grupo, para distingui-lo na massa e para que o trabalho da disciplina exercido sobre ele seja cada vez mais eficaz.

Num sentido positivo a individualização começa pelo corpo através de um processo de subordinação. Ela age sobre o corpo do indivíduo tornando-o dócil e útil. “Digamos que a disciplina é o processo técnico unitário pelo qual a força do corpo é com o mínimo ônus reduzida como força ‘política’, e maximalizada como força útil” (FOUCAULT, 1987b, p. 194). O corpo bom e disciplinado é o que aceita ser subordinado. Este trabalho sobre o corpo deve ser coextensivo ao corpo social inteiro. Deve-se extrair dos corpos a sua força capaz de garantir a hegemonia da classe burguesa e de um modelo de sociedade assentado em bases capitalistas. Segundo Foucault, “o processo pelo qual a burguesia se tornou no decorrer do século XVIII a classe politicamente dominante, abrigou-se atrás da instalação de um quadro jurídico explícito, codificado, formalmente igualitário, através da organização de um regime de tipo parlamentar e representativo. Mas o desenvolvimento e a generalização dos dispositivos disciplinares constituíram a outra vertente, obscura, desse processo” (FOUCAULT, 1987b, p. 194). Através desses dispositivos são implementadas técnicas que tornam útil a multiplicidade cumulativa de homens e, a partir dela, aceleram o movimento de acumulação de capital. Em relação estreita com a divisão do trabalho e com as mudanças tecnológicas do aparelho de produção, a disciplina garante a submissão das forças e dos corpos, contribuindo assim para a manutenção e para o crescimento do capitalismo.

Mas há também uma individualização que assume um aspecto negativo. Esta, ao invés de ser mantida e desenvolvida, deve ser eliminada. Para tanto, investe-se sobre ela uma série de dispositivos disciplinares. Foucault analisa, a este respeito, a questão da *delinquência*. A delinquência deve ser banida porque está do outro lado da lei. Mas não por um gesto simples de infração, mas pela existência criminosa que representa. O delinquente é criminoso não tanto pelo ato que praticou, mas por um conjunto de coisas que compõe a sua existência: instintos, pulsões, tendências, temperamento. Segundo Foucault, “o delinquente se distingue do infrator

pelo fato de não ser tanto seu ato quanto sua vida o que mais o caracteriza” (FOUCAULT, 1987b, p. 223). O delinquente não comete um crime, ele é um criminoso. Há na sua biografia um estado de anomalia. Tal como o louco o delinquente é visto como o anormal que precisa ser curado ou disciplinado. Deste modo, um novo saber é construído para dar conta desse propósito e impedir que este malcorrompa a sociedade: a criminologia. A partir dela, a prisão transforma-se num lugar onde a punição é amparada pela ciência. “O castigo poderá funcionar em plena luz como terapêutica e a sentença se inscrever entre os discursos do saber” (FOUCAULT, 1987b, p. 227). No caso da sexualidade, a questão gira em torno das *perversões* que, segundo Foucault, é o produto real da interferência de um tipo de poder sobre os corpos e seus prazeres. Para ele, a implantação das perversões e, por sua vez, a individualização do perverso, é um efeito-instrumento: “é através do isolamento, da intensificação e da consolidação das sexualidades periféricas que as relações do poder com o sexo e o prazer se ramificam e multiplicam, medem o corpo e penetram nas condutas. E, nesse avanço dos poderes, fixam-se sexualidades disseminadas, rotuladas segundo uma idade, um lugar, um gosto, um tipo de prática” (FOUCAULT, 1988, p. 48).

A sociedade disciplinar é expressa através da experiência do confinamento. É uma sociedade que se organiza no espaço fechado (família, escola, fábrica, hospital, prisão). Nesse espaço ela procura gerenciar a vida através de um processo de individualização que, no sentido geral, procura moldar os indivíduos para que cumpram o seu papel na sociedade. Para tanto, ela vale-se de dispositivos disciplinares que configuram um tipo de exercício do poder a serviço de uma hegemonia social. As análises empreendidas por Foucault encontram suporte não no princípio jurídico, em que o exercício do poder se formula no modelo do direito através da lei, do castigo, do Estado, mas no modelo estratégico definido pela técnica, pela normalização, pelo controle que extravasam do Estado e de seus aparelhos. (FOUCAULT, 1988, p. 86). O poder, antes de ser repressivo, é produtivo. As estratégias de poder apontam para diferentes direções e produzem diversos agenciamentos que vão da normalização à resistência. No caso das sociedades disciplinares, tais estratégias se apoiam na lógica do capitalismo, que é a lógica da produção. O capitalismo utiliza os meios de produção tendo em vista uma maior concentração de renda e a garantia da propriedade. A sociedade apoiada nesta percepção produz, por sua vez, um indivíduo que possa produzir cada vez mais e melhor capital; um indivíduo dócil e útil para a sociedade que se tem.

Mas se Foucault retrata a sociedade disciplinar não é para exaltar o seu triunfo nem tampouco para mergulhar numa inércia frente a esta realidade. Ele reconhecia que a história é feita de rupturas, descontinuidades, mudanças de direção. As análises de Foucault são

ferramentas para se pensar o presente. É assim que o conceito de dispositivo é retomado por Deleuze e Agamben, com outros desdobramentos e aplicações.

Dois textos desses filósofos se destacam e merecem aqui uma abordagem. Ambos intitulados *O que é um dispositivo?* O primeiro, de Gilles Deleuze, aparece em 1988 por ocasião de sua participação em um colóquio internacional em homenagem a Foucault e que foi republicado em *Deux regimes de fous*, em 2003. O segundo, bem mais recente, de Giorgio Agamben, foi publicado originalmente em 2006 e republicado no Brasil em uma coletânea de textos do filósofo italiano em 2009, com o título *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*.

Não se trata aqui de estabelecer um paralelo entre os dois ensaios nem tampouco confrontar os pontos de vista. O que se pretende é ressaltar a maneira como cada um se utilizou deste conceito, problematizando-o e extraindo dele novas potências para o pensamento.

O dispositivo foucaultiano na leitura de Deleuze

Segundo a análise que Deleuze faz do pensamento de Foucault, o dispositivo é uma noção central que atravessa toda a sua obra. Sua filosofia se apresenta em muitos aspectos como uma análise dos dispositivos. A relevância da presença do conceito de dispositivo em Foucault é tamanha, na concepção de Deleuze, que ele elegeu tal conceito para definir o pensamento de Foucault, tal como aparece no artigo consagrado ao amigo, ao referir-se a ele como um filósofo dos dispositivos. No final de sua exposição, ele faz referência a uma passagem de *A arqueologia do saber*, que considera fundamental para se compreender toda a sua trajetória filosófica. Começemos por ela:

“A análise do arquivo comporta, pois uma região privilegiada: ao mesmo tempo próxima de nós, mas diferente de nossa atualidade, trata-se da orla do tempo que cerca nosso presente, que o domina e que o indica em sua alteridade; é aquilo que, fora de nós, nos delimita. A descrição do arquivo desenvolve suas possibilidades (e o controle de suas possibilidades) a partir dos discursos que começam a deixar justamente de ser os nossos; seu limiar de existência é instaurado pelo corte que nos separa do que não podemos mais dizer e do que fica fora de nossa prática discursiva; começa com o exterior de nossa própria linguagem; seu lugar é o afastamento de nossas próprias práticas discursivas. Nesse sentido, vale para nosso diagnóstico. Não porque nos permitiria levantar o quadro de nossos traços distintivos e esboçar, antecipadamente, o perfil que teremos no futuro, mas porque nos desprende de nossas continuidades; dissipa essa identidade temporal em que gostamos de nos

olhar para conjurar as rupturas da história; rompe o fio das teleologias transcendentais e aí onde o pensamento antropológico interrogava o ser do homem ou sua subjetividade, faz com que o outro e o externo se manifestem com evidência. O diagnóstico assim entendido não estabelece a autenticação de nossa identidade pelo jogo das distinções. Ele estabelece que somos diferença, que nossa razão é a diferença dos discursos, nossa história é a diferença dos tempos, nosso eu a diferença das máscaras” (FOUCAULT, 1987, p. 150 e 151).

O que importa para Foucault não é o que somos, mas o que estamos em vias de nos tornar. É nesta perspectiva que deve ser compreendida a análise dos dispositivos. Não para traçar o nosso rosto, mas para fazer escapar as linhas que o esboçam. Foucault neste texto fala de traços, de fio, de esboço ressaltando a sua atividade de cartógrafo. Deleuze, que o considera *um novo cartógrafo*, utiliza essa ideia de linhas como fio condutor para sua própria análise dos dispositivos foucaultianos.

O dispositivo é um conjunto de linhas que compõem uma rede; linhas múltiplas e de naturezas diferenciadas. Não linhas que demarcam um território ou delimitam uma experiência, constituindo uma espécie de sistema homogêneo. Trata-se antes de linhas móveis que pelos seus traçados múltiplos e variáveis configuram um espaço e uma experiência. Sendo assim, a multiplicidade não diz respeito a vários sistemas que se entrecruzam, mas linhas que atravessam as experiências provocando desequilíbrio na medida em que se aproximam ou se afastam umas das outras. Portanto, o dispositivo é uma complexidade de linhas que estão sempre seguindo diferentes direções e sofrendo variações. “Cada linha é quebrada, submetida a *variações de direção*, bifurcada e fendida, submetida a *derivações*” (DELEUZE, 2003, p. 316). Os objetos visíveis, os enunciados, as forças em exercício, os sujeitos são como que vetores ou sensores para essas linhas. As linhas são forças, afetos, potências, intensidades que atravessam os corpos. Não podem ser pensadas a não ser através da materialidade dos corpos ou do pensamento, mas escapam a esta materialidade. São como que incorporais. As linhas que atravessam um corpo e o torna um animal de batalha ou um animal doméstico. Não se trata nunca das mesmas linhas ainda que se aplique a animais da mesma espécie. Essas linhas estão presentes em todo corpo social estabelecendo uma certa experiência e rompendo com outras. “Há linhas de sedimentação, diz Foucault, mas também linhas de ‘fissura’, de ‘fratura’” (DELEUZE, 2003, p.316). Linhas que se estabilizam e outras que fogem ou fazem fugir. Desembaralhar as linhas de um dispositivo, fazer o mapa de uma experiência é o que significa cartografar. Não tanto para desvendar o que somos, mas o que estamos em vias de nos tornar. “É preciso se instalar sobre as linhas mesmas que não se

contentam em compor um dispositivo, mas que o atravessam e o arrastam” (DELEUZE, 2003, p. 317).

As duas primeiras dimensões do dispositivo assinaladas por Foucault, segundo Deleuze, são “as curvas de visibilidade e as curvas de anunciação” (DELEUZE, 2003, p. 317). O que se vê e o que se diz. A máquina de olhar ou de fazer ver e a máquina de falar ou fazer falar. Em todo caso, um dispositivo. Vemos através de um dispositivo do olhar, que é de visibilidade, e falamos através de um dispositivo da linguagem, dispositivo de enunciação. Não é o sujeito quem diz, mas um dispositivo que o faz falar. O dispositivo é pois uma condição de possibilidade, o que Foucault chamava de *epistémé*. Um objeto não existe enquanto um dispositivo não o torna visível. Uma verdade não pode ser enunciada sem que uma máquina a produza: “tal como o ‘dispositivo prisão’ como máquina óptica, para ver sem ser visto” (DELEUZE, 2003, p. 317). A história dos dispositivos é a história desses regimes de luz e de enunciados. O que interessa para Foucault é que esses regimes não são os mesmos em cada época nem tampouco homogêneos. Um regime é uma economia, uma pragmática, um uso. É isso que importa. O uso do olhar, da palavra, dos prazeres. “Não são os sujeitos nem os objetos, mas os regimes que é preciso definir para o visível e para o enunciável, com suas derivações, suas transformações, suas mutações” (DELEUZE, 2003, p. 317). Não importa se um enunciado é científico, literário ou jornalístico; o que importa são as linhas que o atravessam, o regime que determina o seu funcionamento. Cada dispositivo tem o seu regime de visibilidade ou de enunciação. A filosofia dos dispositivos pretende mapear as linhas para trazer à tona a pragmática que os compõe. É preciso estar atento às dobras operadas por Foucault. O dispositivo é o que conjura, o que delimita, o que sedimenta, mas também o que cinde, escapa e libera.

Um dispositivo comporta linhas de força. Regime de luz, linha de visibilidade, regime de enunciados, linhas de linguagem, mas também linhas de força – regime de poder. Não separadas das linhas de visibilidade e de enunciado, mas entrecruzadas com elas. As linhas de força vão de um ponto singular a outro nas linhas de visibilidade e de enunciado; elas “retificam” as curvas dessas outras linhas, tiram as tangentes, envolvem os trajetos de uma linha a outra, “operam um vai-e-vem do ver ao dizer e vice-versa, agem como flechas que não cessam de entrecruzar as coisas e as palavras, sem deixar de traçar a batalha” (DELEUZE, 2003, p. 317 e 318). A linha de força se produz em toda relação de um ponto a outro e passa por todos os lugares de um dispositivo. “É a dimensão do poder; e o poder é a terceira dimensão do espaço, interior ao dispositivo, variável com os dispositivos. Ela se compõe, como o poder, com o saber” (DELEUZE, 2003, p. 318).

Em Foucault aparecem ainda as linhas de subjetivação. Segundo Deleuze, elas fazem parte de mais um instante de crise do pensamento de Foucault em que ele procura escapar de um tipo de análise que procura mapear as linhas de força que emanam dos dispositivos e compõem a nossa experiência, assinalando seus contornos. É preciso algo mais. Pensar nas linhas que não cessam de escapar dos dispositivos de poder provocando uma ruptura, uma dobra, um escape. “Foucault, por sua vez, pressente que os dispositivos que ele analisa não podem ser circunscritos por uma linha envolvente, sem que outros vetores não passem por cima ou embaixo: ‘quebrar a linha’, diz ele; como ‘passar para o outro lado?’” (DELEUZE, 2003, p. 318). Assim como é possível rachar as coisas e rachar as palavras, fazer a língua gaguejar e ser estrangeiro na própria língua, fazer ver de outra maneira, dizer de outra maneira, pensar de outra maneira, é preciso ser de outra maneira, fazer-se de outra maneira, viver de outra maneira. Dobrar o sujeito objetivado, assujeitado para que a linha de força o atinja e suscite novos modos de subjetivação.

Para Deleuze, essa dobra no pensamento de Foucault diz respeito a mais um dispositivo que faz com a que a força “em vez de estar em relação linear com outra força, volte-se para si, retorne sobre si, exerça-se sobre si mesma ou se afete a si mesma” (DELEUZE, 2003, p. 318). Esta dimensão do *Si*, para Deleuze, não é uma determinação preexistente. Não diz respeito a um sujeito soberano que determina a sua própria existência. Para ele, “uma linha de subjetivação é um processo, uma produção de subjetividade em um dispositivo: ela deve se fazer ao passo que o dispositivo a deixa ou a torne possível. É uma linha de fuga. Ela escapa às linhas precedentes” (DELEUZE, 2003, p. 318). E ainda: “O Si não é nem um saber nem um poder. É um processo de individuação que se põe sobre grupos ou pessoas e se subtrai das relações de força estabelecidas, bem como dos saberes constituídos” (DELEUZE, 2003, p. 318 e 319).

Em meio aos dispositivos que fabricam os enunciados, que permitem ver de uma maneira, que governam a vida dos outros, linhas escapam por todos os lados, linhas de fuga, linhas de força que não agem na direção do poder, que não estão a serviço do poder, mas que emanam dos dispositivos de poder. É assim que do governo sobre os outros surge a possibilidade do governo de si. “Ora, desta linha sobre a qual um homem livre pode comandar o outro, se destaca uma outra bem diferente, através da qual aquele que comanda os homens livres deve ele mesmo ser mestre de si” (DELEUZE, 2003, p. 319). São regras facultativas de domínio de si que constituem uma subjetivação, autônoma, mesmo que adiante ela seja seduzida pelo saber e pelo poder (DELEUZE, 2003, p. 319). O processo de subjetivação é a borda extrema de um dispositivo que diz respeito às linhas de fuga. Em todo caso, não se trata

de encontrar na experiência grega um modelo. A questão é: eles inventaram suas linhas de fuga para fazer os dispositivos entrarem em colapso. Quais linhas são as nossas? Não se trata, pois, de incorporar uma subjetivação grega, mas por em experiência a nossa própria subjetivação. Daí o interesse de Foucault por aqueles tipos que não correspondem à norma ou à regulamentação: as vidas infames. Essas correspondem “a uma tipologia de formações subjetivas nos dispositivos moventes” (DELEUZE, 2003, p. 319).

Não há um processo de subjetivação fora dos dispositivos. Não há uma relação fora do poder. Não se trata, na concepção deleuzeana, de combater os dispositivos, mas se fazê-los ranger em uma outra direção, operarem em outras dimensões, pelas linhas de fuga que os atravessam. Quais os dispositivos do capitalismo hoje? Como extrair deles as linhas de fuga? Como operar neles os processos de subjetivação? – “produções de subjetividade escapam dos poderes e dos saberes de um dispositivo para se reinvestir em um outro, sob outras formas à nascer” (DELEUZE, 2003, p. 320).

O dispositivo é a batalha das forças em constante devir. Por isso ele é feito de multiplicidades e variações: “Os dispositivos são componentes de linhas de visibilidade, de enunciação, de linhas de força, de linhas de subjetivação, de linhas de fenda, de fissura, de fratura que se entrecruzam e se embaralham, em que umas estão voltadas para as outras ou suscitam outras, através de variações ou mesmo de mutações de agenciamentos” (DELEUZE, 2003, p. 320).

Duas consequências importantes podem ser extraídas desta filosofia dos dispositivos, segundo Deleuze:

1. O repúdio aos universais. Todas as linhas são linhas de variação. Estão mergulhadas no devir. Os aparelhos de captura são processos singulares de unificação, de totalização, de verificação, de objetivação, de subjetivação imanentes a um determinado dispositivo e que estão o tempo todo sendo arrastados para outra direção. Sendo assim, cada dispositivo é uma multiplicidade que opera em estado de devir. “É neste sentido que a filosofia de Foucault é um pragmatismo, um funcionalismo, um positivismo, um pluralismo” (DELEUZE, 2003, p. 320). Não há uma razão universal que estabelece os dispositivos, mas os dispositivos que denunciam uma certa racionalidade. E esta racionalidade própria de um dispositivo não constitui um consenso ou um sistema homogêneo; antes é feita de variações, cortes, fugas. O dispositivo é pois uma realidade imanente que não cessa de se transformar através das linhas que o atravessam. O dispositivo é uma realidade móvel. Ele configura um estado de coisa, mas permite também a sua desconfiguração.

Uma objeção feita a Foucault é a seguinte: Como julgar um dispositivo se ele é bom ou ruim sem recorrer a critérios exteriores ao próprio dispositivo, portanto, critérios universais? Pois se todo dispositivo é relativo e variável, não há o que combater; todo dispositivo é válido e não há o que fazer. Segundo Deleuze, um dispositivo deve ser combatido naquilo que ele impede de fazer passar, nas linhas que ele bloqueia. O critério é a vida. “Uma estética intrínseca dos modos de existência, como última dimensão dos dispositivos” (DELEUZE, 2003, p. 321).

2. Recusa do eterno para afirmar o novo. Não no sentido de uma originalidade. Nada é original uma vez que é fruto de um cruzamento de linhas já existentes. O que é o novo então? É a forma de composição das linhas, ou seja, o regime. A composição ou o agenciamento é sempre singular; e é isto que torna o novo possível. A linha passa por pontos singulares e traça uma curvatura diferencial; nisto consiste o novo. “Pois o que conta é a novidade do regime de enunciação nele mesmo, enquanto pode comportar enunciados contraditórios” (DELEUZE, 2003,p. 322). O novo não é o que se opõe a algo. Ele não depende do enunciado, mas do regime que o acompanha. Não se trata das coisas que são inventadas, mas dos regimes que as orientam. Por isso que um dispositivo diz respeito a um regime. É como se fosse um nível de análise que não se reduz às palavras e às coisas, mas que se desloca para as forças, para as linhas de força, para o plano de imanência que corta o caos e constitui os estados de coisa. “Todo dispositivo é definido assim por seu teor de novidade e criatividade, que marca ao mesmo tempo sua capacidade de se transformar ou de se fissurar em proveito de um dispositivo que virá” (DELEUZE, 2003,p. 322). Um dispositivo não é permanente, pois é atravessado por linhas, por gradientes, por forças que o arrastam.

Em Deleuze fica clara a ideia de que não se trata de combater os dispositivos, mas dentro deles fazer as forças variarem. Em meios aos dispositivos buscar a sua atualidade; ou seja, o que estamos deixando de ser para ser outro. “A novidade de um dispositivo em relação aos precedentes nós chamamos sua atualidade, nossa atualidade. O novo é o atual. O atual não é o que somos, mas o que nos tornamos, o que nós somos enquanto devir, quer dizer, o Outro, nosso devir-outro” (DELEUZE, 2003,p. 322). A história define o que somos. É o arquivo que descreve nossa experiência. Já o atual é o esboço do que estamos em vias de nos tornar. A história ou o arquivo, portanto, é o que se separa de nós, é o que estamos deixando de ser, é o nosso limite; enquanto que o atual é o Outro com o qual já nos coincidimos. Para Deleuze, quando Foucault descreve as sociedades disciplinares não é para dizer o que somos, mas para apontar o que estamos deixando de ser. É assim que se desenham as novas formas e os novos dispositivos de uma sociedade de controle. Mas também não se trata de avaliar qual é a

melhor ou a pior. A questão é como se conectar com os dispositivos para fazê-los variar. “Em todo dispositivo nós devemos desembaralhar as linhas do passado recente e a do futuro próximo: a parte do arquivo e do atual, a parte da história e a do devir, a parte da analítica e a do diagnóstico” (DELEUZE, 2003,p. 323). Para Deleuze, a grandeza da filosofia de Foucault deve-se ao fato dele não se prender a questão do que somos, mas estar sempre atento ao que estamos deixando de ser para nos tornar outro. “Se Foucault é um grande filósofo é porque ele se serviu da história em proveito de outra coisa: como dizia Nietzsche, agir contra o tempo, e também sobre o tempo, em favor, eu espero, de um tempo por vir” (DELEUZE, 2003,p. 323). O atual de Foucault, neste sentido, corresponde ao intempestivo de Nietzsche.

Para Deleuze, as diferentes linhas de um dispositivo se repartem em dois grupos: “linhas de estratificação ou de sedimentação, linhas de atualização ou de criatividade” (DELEUZE, 2003,p. 324). A obra de Foucault visa este último grupo. Seus livros compõem a parte do arquivo, da analítica, da história. Mas isto é apenas a metade da tarefa. A outra metade, a da atualidade, do diagnóstico “ele a formula somente e explicitamente nas entrevistas contemporâneas de cada um de seus grandes livros” (DELEUZE, 2003,p. 324). De um lado, os estratos que assinalam o que somos; do outro, as atualidades que nos ligam ao nosso futuro próximo, ao que estamos em vias de nos tornar, portanto, ao outro de cada experiência.

O uso do dispositivo foucaultiano feito por Agamben

O filósofo italiano Giorgio Agamben também considera o dispositivo um conceito decisivo no pensamento de Foucault. Para ele, o termo é empregado com mais veemência por Foucault a partir das questões em torno do governo dos homens. Embora Foucault não tenha se preocupado em elaborar uma definição propriamente dita deste conceito, ele se aproxima de algo como uma definição em uma entrevista de 1977:

“O que tento demarcar com este nome é, primeiramente, um conjunto resolutamente heterogêneo, que envolve discursos, instituições, estruturas arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais e filantrópicas. Em suma: o dito, mas também o não-dito, eis os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos.

Em segundo lugar, gostaria de demarcar no dispositivo a natureza da relação que pode existir entre estes elementos heterogêneos. Assim, tal discurso pode aparecer como programa de uma instituição ou, ao contrário, como um elemento que permite justificar e mascarar uma

prática que permanece muda; ou funcionar como reinterpretação segunda desta prática, dando-lhe acesso a um campo novo de racionalidade. Em suma, entre estes elementos, discursivos ou não, há algo como um jogo, com mudanças de posição, modificações de funções, que podem também ser muito diferentes.

Em terceiro lugar, por dispositivo eu entendo um tipo, digamos, de formação que, num dado momento histórico, teve como função prioritária responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante. Este pode ser, por exemplo, o caso da absorção de uma massa de população flutuante que uma sociedade de economia do tipo essencialmente mercantilista achava incômoda: há aí um imperativo estratégico operando como matriz de um dispositivo que se tornou pouco a pouco o dispositivo de controle-assujeitamento da loucura, da doença mental, da neurose.

[sobre a gênese do dispositivo]

Eu vejo dois momentos essenciais nesta gênese. Um primeiro momento que é o da predominância de um objetivo estratégico. Em seguida, o dispositivo se constitui propriamente como tal e permanece como dispositivo na medida em que envolve um duplo processo: por um lado, processo de sobredeterminação funcional; pois cada efeito, negativo e positivo, desejado ou não, entra em ressonância ou em contradição com os outros efeitos, e exige uma rearticulação, um reajustamento dos elementos heterogêneos que surgem aqui e ali. Por outro lado, processo de perpétuo preenchimento estratégico. Tomemos o exemplo do aprisionamento; este dispositivo que fez com que num certo momento as medidas de detenção tivessem aparecido como instrumento mais eficaz, mais racional que se podia aplicar ao fenômeno da criminalidade. (...)

A respeito do dispositivo, encontro-me diante de um problema que ainda não resolvi. Disse que o dispositivo era de natureza essencialmente estratégica, o que supõe que se trata de uma certa manipulação das relações de força, de uma intervenção racional e organização nestas relações de força, seja para desenvolvê-las em determinada direção, seja para bloqueá-las ou para estabilizá-las, utilizá-las. O dispositivo, portanto, está sempre inscrito em um jogo de poder, mas sempre ligado também aos limites do saber, que dele nascem, mas também o condicionam. É isto, o dispositivo: estratégias de relações de força que condicionam tipos de saber e são condicionadas por eles” (FOUCAULT, 1994, p. 299-300).

Com o intuito de fazer uma genealogia do termo dispositivo no pensamento de Foucault, Agamben observa que antes de utilizar o termo dispositivo, ele empregava o termo positividade. Para Agamben, este termo é utilizado por Foucault no sentido hegeliano daquilo que na história bloqueia a liberdade humana; portanto, no sentido coercitivo – “positividade é

o nome que, segundo Hyppolite, o jovem Hegel dá ao elemento histórico, com toda sua carga de regras, ritos e instituições impostas aos indivíduos por um poder externo, mas que se torna, por assim dizer, interiorizada nos sistemas das crenças e dos sentimentos” (AGAMBEN, 2009, p. 32). Para ele, esta presença de Hegel em Foucault é um resquício da influência do seu mestre Jean Hippolyte, especialista do pensamento hegeliano. Deste modo, Foucault, no momento em que escreve *A arqueologia do saber* (1969), toma emprestado de Hegel o termo positividade, que, logo adiante, em meio às questões acerca das relações de poder, será chamado de dispositivo, procurando pensar “o conjunto das instituições, dos processos de subjetivação e das regras em que se concretizam as relações de poder” (AGAMBEN, 2009, p. 32). Contudo, faz uma ressalva. Não se trata de estabelecer entre Foucault e Hegel uma linha de continuidade. Se Hegel confronta a liberdade dos seres vivos com a história é para enfim reconciliá-los. Já em Foucault, trata-se de “investigar os modos concretos em que as positivities (ou os dispositivos) agem nas relações, nos mecanismos e nos ‘jogos’ de poder” (AGAMBEN, 2009, p. 33).

Para Agambem, isto mostra que o uso do termo dispositivo atravessa a obra de Foucault de uma forma capital, funcionando como um conceito operativo de caráter geral. Não no sentido de um universal, mas funcionando como uma rede que procura dar conta de uma multiplicidade heterogênea. “Foucault, como sabem, sempre recusou a se ocupar daquelas categorias gerais ou entes da razão que chama de ‘os universais’, como o Estado, a Soberania, a Lei, o Poder. Mas isso não significa que não haja, no seu pensamento, conceitos operativos de caráter geral” (AGAMBEN, 2009, p. 33). É assim que o dispositivo não se reduz a um acontecimento específico, mas compreende uma rede. No entanto, ao contrário dos universais, o dispositivo procura dar conta de uma situação histórica específica que não cessa de ser transformada. Sendo assim, ele ocupa na estratégia foucaultiana o lugar dos universais, mas de uma maneira inteiramente outra, desvinculado de qualquer transcendência, portanto, inteiramente imanente. Com isto, é possível entender o termo dispositivo, tanto no uso comum como no uso feito por Foucault, como sendo “um conjunto de práticas e mecanismos (ao mesmo tempo linguístico e não-linguístico, jurídicos, técnicos e militares) que têm o objetivo de fazer frente a uma urgência e de obter um efeito mais ou menos imediato” (AGAMBEN, 2009, p. 35).

Agamben associa o termo dispositivo ao termo grego *oikonomia*, que quer dizer administração da casa ou gestão, e que foi utilizado de forma expressiva nos primeiros séculos da história da igreja para dar conta de um problema teológico. Neste caso, a *oikonomia* funcionava como um dispositivo “mediante o qual o dogma trinitário e a ideia de um governo

divino providencial do mundo foram introduzidos na fé cristã” (AGAMBEN, 2009, p. 37). Diante de um impasse, o dispositivo funciona como uma saída. Trata-se de uma medida operatória, que está ligada a uma decisão estratégica e que precisa funcionar a partir do que dele se espera. É um recurso para bem governar. Agamben encontra nos dispositivos foucaultianos uma reverberação dos dispositivos cristãos, na medida em que “o termo dispositivo nomeia aquilo em que e por meio do qual se realiza uma pura atividade de governo sem nenhum fundamento no ser” (AGAMBEN, 2009, p. 38). Temos pois que o dispositivo é um instrumento de governo que se assenta sobre uma certa racionalidade, mas que por sua vez estabelece uma racionalidade. Ele surge das relações de poder e opera como um dispositivo de poder. É o resultado da força que o criou e é ao mesmo tempo uma força criativa. É fabricado e fabricante. Trata-se de um aparato de governo a fim de ordenar as condutas e orientá-las – “um conjunto de práxis, de saberes, de medidas, de instituições cujo objetivo é gerir, governar, controlar e orientar, num sentido que se supõe útil, os gestos e os pensamentos dos homens” (AGAMBEN, 2009, p. 39). O dispositivo não é uma lei ou uma instituição, mas um conjunto, uma rede, uma multiplicidade de experiência que constituem um nó; ou melhor, uma malha, uma rede, um segmento: um tipo de poder, um arranjo das relações de poder.

Partindo desta compreensão de dispositivo, tal como aparece no pensamento de Foucault, Agamben propõe um deslocamento, situando os dispositivos em um novo contexto. Ele passa a considerar um dispositivo “qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes” (AGAMBEN, 2009, p. 40). Assim ele generaliza a noção de dispositivo associando-a a tudo que corresponde à ordem da práxis, do fazer humano, da produção material; tudo aquilo que se impõe ao modo de vida do ser humano. Com isto, fazem parte do dispositivo “a caneta, a escritura, a literatura, a filosofia, a agricultura, o cigarro, a navegação, os computadores, os telefones celulares e – por que não – a própria linguagem” (AGAMBEN, 2009, p. 41). Tudo o que configura um modo de existência, tudo que afeta o modo de ser do sujeito.

Temos pois, de um lado, os seres viventes (a natureza ou substância) e, do outro, os dispositivos (os artifícios de governo). Dessa relação surgem os sujeitos. “Chamamos sujeito o que resulta da relação e, por assim dizer, do corpo a corpo entre os viventes e os dispositivos” (AGAMBEN, 2009, p. 41). Se Agamben opera essa distinção entre os dispositivos e os viventes é para pensar um modo de ultrapassar a dimensão dos dispositivos, que são forças que capturam as expressões viventes ao constituir formas modeladas de

subjetivação. Para ele, “ao ilimitado crescimento dos dispositivos no nosso tempo corresponde uma igualmente disseminada proliferação de processos de subjetivação” (AGAMBEN, 2009, p. 41). Contudo, o que se assiste neste cenário capitalista são sujeitos modelados, contaminados ou controlados por dispositivos que operam em nome de uma “hominização” cada vez mais crescente e, juntamente com ela, uma preocupação com o modo de vida da população e com a sua segurança. Na visão de Agamben, isto faz com que o ser vivente se encontre cada vez mais afastado de si mesmo e da relação imediata com o seu ambiente. Uma vez governado é conduzido para longe de si. “Na raiz de todo dispositivo está, deste modo, um desejo demasiadamente humano de felicidade, e a captura e a subjetivação deste desejo, numa esfera separa, constituem a potência específica do dispositivo” (AGAMBEN, 2009, p. 44).

Cabe, portanto, segundo Agamben, criar meios para nos livrarmos dos dispositivos. “Isso significa que a estratégia que devemos adotar no nosso corpo a corpo com os dispositivos não pode ser simples, já que se trata de liberar o que foi capturado e separado por meio dos dispositivos e restituí-los a um possível uso comum” (AGAMBEN, 2009, p. 44). É certo que há dispositivos de poder que modelam os indivíduos fabricando sujeitos dóceis, úteis, ressentidos, acovardados e submissos. Agamben está pensando aqui na dobra operacionalizada por Foucault que permite pensar o governo dos outros (os dispositivos de poder) e o governo sobre si mesmo (a potência dos viventes). É assim que ele propõe o que chama de contradispositivo: a profanação. Profanar é o contrário de consagrar. Consagrar é tirar o que está na esfera do direito humano para remeter ao sagrado. Já profanar é trazer de volta o que foi elevado ao sagrado a fim de “restituí-lo ao uso e à propriedade dos homens” (AGAMBEN, 2009, p. 45). Ou seja, tirar da esfera do governo do outro e restituí-la ao governo de si. Neste caso, deve-se restituir o que foi separado da esfera profana. “A profanação é o contradispositivo que restitui ao uso comum aquilo que o sacrifício tinha separado e dividido” (AGAMBEN, 2009, p. 45). A questão gira em torno do que nos foi subtraído pelas figuras modernas do poder no capitalismo. A questão gira em torno da violência a que somos submetidos pelos atuais dispositivos de poder; violência que é feita através de uma gestão da nossa liberdade. Compactuamos com esta violência e escolhemos livremente a nossa escravidão. Diz Agamben: “Foucault assim mostrou como, numa sociedade disciplinar, os dispositivos visam, através de uma série de práticas e de discursos, de saberes e de exercícios, à criação de corpos dóceis, mas livres, que assumem a sua identidade e a sua ‘liberdade’ de sujeitos no próprio processo do seu assujeitamento” (AGAMBEN, 2009, p. 46). Devemos, portanto, romper este processo e interromper esta máquina que produz sujeitos a

fim de que possamos, nós mesmo, fabricar nossos modos de subjetivação. Pois, “o dispositivo é, antes de tudo, uma máquina que produz subjetivações e somente enquanto tal é também uma máquina de governo” (AGAMBEN, 2009, p. 46). A profanação é uma máquina de guerra contra as capturas dos processos de subjetivação que constituem corpos aprisionados, mas num processo que requer também a dessubjetivação. Subjetivar e dessubjetivar fazem parte de um mesmo processo que reduz tudo ao estatístico, ao tecnológico e ao econômico. “As sociedades contemporâneas se apresentam assim como corpos inertes atravessados por gigantescos processos de dessubjetivação que não correspondem a nenhuma subjetivação real” (AGAMBEN, 2009, p. 48). Na ausência de subjetivação sobra espaço para a atividade de governo. Mas não mais governo dos homens, mas da própria máquina governamental – “uma pura atividade de governos que visa somente à sua própria reprodução” (AGAMBEN, 2009, p. 49). Governa-se não mais as condutas dos homens, mas o funcionamento da vida no planeta – biopoder. Contudo, “ao invés de salvá-lo, o conduz – fiel, nisso, à originária vocação escatológica da providência – à catástrofe” (AGAMBEN, 2009, p. 50). Em todo caso, esta é a tarefa da profanação: instituir o ingovernável – “que é o início e, ao mesmo tempo, o ponto de fuga de toda política” (AGAMBEN, 2009, p. 51).

A partir deste pequeno passeio pelos textos de Foucault, Deleuze e Agamben, podemos atestar a importância do conceito de dispositivo para se pensar as relações de poder que operam no tempo presente, bem como o exercício de uma resistência que resulta em um trabalho sobre si mesmo; quer através de uma dobra dos próprios dispositivos, fazendo-os funcionar em uma outra lógica, em um outro regime de signos, como pensa Deleuze, quer no sentido de um combate aos dispositivos reguladores das condutas e dos corpos, como pensa Agamben com a proposta de uma profanação.

Somos marcados pelos encontros que temos. Se os dispositivos produzem subjetivações é porque eles interceptam o nosso caminho e nos afetam de tal maneira que não podemos permanecer os mesmos. Deste modo, podemos considerá-los uma máquina de encontros que gera dominações, mas também revoluções. O encontro com uma norma, com uma instituição, com uma obra de arte, com um pensamento, pode assujeitar ao poder dominante ou instituir a potência de resistência e criação. Diante de uma urgência estratégica, o dispositivo se insinua e arranja os espaços, arranja o tempo, arranja as experiências. Em todo caso, a análise dos dispositivos permite pensar o uso possível de nossa liberdade em meio aos mecanismos de poder cada vez mais acentuados.

Referências bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. O que é o contemporâneo? e outros ensaios. Tradução de Vinícius NicastroHonesko. Chapecó, SC: Argos, 2009.

CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault*: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Tradução de Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. Tradução de Claudia Sant'Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 1991.

_____. *Conversações (1972 -1990)*. Tradução de Peter PálPelbart. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

_____. *Deux regimes de fous: textes et entretiens 1975-1995*. Paris: Minuit, 2003.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do Saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987b.

_____. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. RJ: Graal, 1988.

_____. *Ditsetécrits*. Vol. III. Édition établie sous la direction de Daniel Defert et François Ewald avec la collaboration de Jacques La Grange. Paris: Gallimard, 1994.

_____. *Microfísica do Poder*. Tradução, organização e introdução de Roberto Machado. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

GALLO, Sílvio. “Anarquismo e filosofia da diferença”. In: Movimento: Revista da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense. n. 1 (maio 2000). Niterói: EdUFF, 2000. p. 81-93.

QUEIROZ, André; CRUZ, Nina Velasco. (orgs.). *Foucault hoje?* Rio de Janeiro: 7letras, 2007.

REVEL, Judith. *Foucault: conceitos essenciais*. Tradução de Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez e Carlos Piovesani. São Carlos: Claraluz, 2005.